

PRECONCEITO RACIAL: uma violência que influencia a democracia na escola**

Dayse Berenguer Rodrigues*

RESUMO: O artigo em questão trata de uma reflexão sobre o preconceito racial existente na sociedade brasileira, refletindo-se sutilmente dentro da escola. Debate, especificamente, a ‘diferença’ entre brancos e negros, sua trajetória histórica, relacionando-a com a educação. Discute também o preconceito mascarado e não discutido, que acaba por influenciar diretamente na construção da democracia dentro da escola e da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito racial, educação e democracia.

Durante estudos, li uma história que me chamou muito a atenção. A história aconteceu em uma escola nos Estados Unidos e tudo começou logo depois do almoço, quando as crianças terminaram de comer no refeitório da escola e foram para fora jogar. Naquele contexto, dois meninos começaram a se encarar, palavras foram trocadas, insultos foram lançados e outros meninos tentaram separar os dois, mas a luta prosseguiu. O diretor encontrava-se no pátio, conversando com alguns professores que tinham a responsabilidade pelo recreio naquele dia. O diretor separou os meninos e, pegando-os pelo colarinho, levou-os para seu gabinete, mas não foram apenas os dois meninos (lutadores originais) que brigavam. Ele apontou

para outra criança e gritou para que fossem para seu gabinete e JÁ!

A cena, que no gabinete se desenrolou, não foi agradável e mais tarde os pais dos três foram chamados e avisados que aquele comportamento não seria mais tolerado e, se ocorresse novamente, viriam suspensões.

No caso de um dos garotos, tratava-se da segunda vez em que o pai e a mãe eram chamados. A criança era um dos espectadores, mas havia tentado intervir para parar a briga e acabou se envolvendo no sério tumulto. Os pais do garoto e o professor, anteriormente, fizeram o que pensaram ser a coisa certa, e conversaram com o menino, dizendo que brigar não resolve nada e esse menino aprendeu bem a

lição, tentando fazer os outros pararem de lutar. No entanto, o que aconteceu é que, pela segunda vez, estava em apuros.

Na primeira vez em que se encontrara em apuros, o menino havia “perdido” a paciência porque um garoto maior o havia insultado por semanas. O menino que o insultava era maior e branco, o insulto era uma palavra repetida inúmeras vezes: “nigger”. E todos lhe diziam: “ignore-a, simplesmente ignore-a”. No entanto, ele era o ofendido e estava furioso demais para falar em sua própria defesa. Então, no pátio, aconteceu aquele tumulto e o menino que havia “aprendido” a lição sobre não lutar, é novamente envolvido. Ele estava agora envolvido, no meio de nova briga. Ele havia lutado recente-

** Artigo construído sob a orientação do Professor Dr. Dirk Jurgen Osselmann e pela professora Ms. Lucélia Bassalo, coordenadora e assessora, respectivamente, do Projeto Conselhos Escolares.

* Graduada do Curso de Pedagogia – Ciência da Educação, e bolsista de Extensão – Projeto Conselhos Escolares: uma experiência de democratização da Educação na Amazônia - da Universidade da Amazônia - UNAMA.

mente, ele era negro, portanto, ele tinha algo a ver com aquilo. “Esta não é uma história apócrifa [pois] o nome do menino é Paul, ele é um afro-americano e é meu filho”. (APLLE, 1999, p.13)

Começo o artigo trazendo este pequeno relato, no esforço de retratar algo tão presente, e tão ‘normal’ também dentro das escolas e da sociedade no Brasil. O fato relatado aconteceu com o filho do autor citado, em um outro país, no entanto é uma realidade que se aproxima da nossa.

Pretendo, com isso, levar o leitor a fazer uma reflexão sobre o fato, no intuito de ampliar discussões e abrir novos caminhos no que diz respeito a essa temática tão polêmica.

Preconceito racial é algo que no discurso da sociedade brasileira não existe, porém o que se observa é uma postura totalmente contrária, que se apresenta de forma mascarada, encoberta em atitudes inocentes e casuais que trazem disfarçadas uma forte carga de exclusão racial. A sociedade brasileira vive com vendas nos olhos, com uma cegueira a este respeito, sem querer discutir o problema. É preciso que se trate o assunto de frente, pois o racismo está de forma sutil, entranhado nos segmentos fundamentais da sociedade e na cultura brasileira e, conseqüentemente, o sistema educacional está incluído neste assunto.

Assim, é de suma importância a necessidade de se estudar e compreender como o siste-

ma educacional brasileiro tornou-se excludente e “preconceituoso”, como também saber por que o número de negros (em idade escolar) é menor que o de brancos, nas instituições escolares, desde o ensino fundamental até o ensino superior, agravando-se ainda mais neste último. O discurso do professor em sala de aula e do corpo administrativo, na prática, não se concretiza, pois o discurso se distancia em muito das ações praticadas, revelando assim a sutileza da discriminação na escola e a falta de democracia.

Estes fatos retratam que existe uma violência ‘encoberta’ e ‘normalizada’ que impossibilita o exercício democrático e, conseqüentemente, a gestão democrática, pois é notório que o princípio fundamental da democracia é a igualdade de direitos, sejam brancos, negros, amarelos, mulatos, etc.

Para a compreensão melhor destes fatos e das conseqüências por eles provocadas, será preciso analisar qual a origem dos mesmos no contexto educacional, traçando a relação entre preconceito racial, educação e gestão democrática.

O entendimento melhor do preconceito em sala de aula, reporta-se a um passado longínquo, ao período colonial, pós-abolicionista, pois alguns fatos da época terão que ser considerados, fatos estes referentes a especificidade da origem racial no Brasil.

O problema, basicamente, começa e desenrola-se a partir da diferença de capital cultural¹ entre negros e brancos que influenciou consideravelmente a construção da identidade de ambas as raças no Brasil de hoje. Infelizmente, a trajetória social do negro, no Brasil, é bastante complexa, pois em sua herança social carrega uma bagagem de subordinação, condições de opressão e exclusão, sendo o mesmo oprimido e subjugado ao branco, desde suas raízes históricas até os dias atuais.

Assim, de maneira sutil, o racismo vem sendo construído e coloca o negro em uma posição inferiorizada, sem voz, com o peso da pobreza. Estes são significados simbólicos, mediadores nas relações de poder de grupos e classes, e uma das causas das desigualdades entre negros e brancos na sociedade competitiva e de classes as quais pertencemos, esvaziando, assim, o discurso de uma sociedade igualitária e justa.

A escola, dentro da sociedade, tem o papel de combater o preconceito, preocupando-se em não reproduzir estereótipos que rotulem para desqualificar grupos raciais e étnicos, sendo um espaço democrático onde todos possam ser iguais tendo os mesmos direitos. Sua função poderia ter sentido no momento em que fosse capaz de preparar o aluno “para viver no meio de culturas diferentes, compreendendo as situações

¹ Segundo Bourdieu Capital Cultural é a herança de idéias e conhecimentos que pessoas usam quando participam da vida social.

multiculturais, facilitando-lhe o domínio de outros costumes e formas de costumes diferentes dos próprios”, segundo Colom apud Rodriguez (1998, p.1). Contudo, a escola vem legitimando a exclusão racial e, sutilmente, violentando e destruindo sonhos, oportunidades de muitas crianças que:

[...] depois de um período de anos de experiências em instituições, nas quais os significados de raça e poder desempenham um papel tão importante, é quase destruído no processo. (APPLE, 1999, p.14)

A escola, como gerador de um espaço de encontro entre os diferentes modos de ser, de pensar, de sentir, de valorizar e de viver formas em um determinado tempo e espaço, estaria sendo referência na construção da identidade de indivíduos e grupos sociais, dignificando os mesmos.

No entanto o que se observa é que a escola reproduz exatamente o ‘capital cultural’ da classe dominante que em sua maioria é branca. Estes detêm os significados culturais, hoje, mais valorizados, promovendo assim a violência simbólica², tornando o racismo oficial, isto é, algo instituído como normal. Este conhecimento é visivelmente percebido e manifestado por meio de brincadeiras, apelidos referentes a cor, contribuindo para que a cri-

ança negra se torne tímida, por não saber enfrentar a discriminação, o preconceito, retraindo-se e se autodiscriminando, assumindo assim uma posição de diferente dentro da escola.

Esta situação é também um dos fatores a contribuir nos índices de analfabetismo, evasão e atraso escolar, apresentados, por essas crianças. Este fato se estende até a vida adulta dos indivíduos e colaboram para que o significado verdadeiro da democracia se esvaia, pois a violência – preconceito racial – exclui e impossibilita, de certa forma, a gestão democrática e, conseqüentemente, a democratização da educação dentro da escola.

O preconceito racial é uma violência alargada no próprio livro didático e currículo existente, um esconderijo em que se encontra, efetivamente, a divulgação da discriminação no âmbito escolar. As ilustrações contidas nos textos são extremamente preconceituosas, apesar de já ocorrerem algumas mudanças, porém o fato ainda está presente, e, nos textos, os personagens negros são inferiores em relação aos personagens brancos, sempre assumindo profissões ou papéis menos nobres como lixeiro, carroceiro, enquanto os brancos assumem papéis elevados, devido ao seu “dom natural”, caracterizando, sem dúvida, a violência simbólica do status e a “mistificação desse dom” existente na escola.

Vale ressaltar, no sentido pedagógico, certas condutas propostas por muitos educadores em sala de aula, que subjagam e promovem definições sem antes avaliar as demais relações existentes na sociedade e também as diversidades encontradas na mesma. Sendo assim, é preciso estar conectado, fazendo um trabalho crítico de modo a perceber as situações que definam as relações de dominação.

Assim, compreende-se que a escola não cumpre o seu real papel, o de promover a igualdade, trabalhando o respeito e os valores culturais sem diferença. Ao contrário, ela reproduz toda e qualquer cultura dominante de determinada sociedade. Desta forma, a escola deixa de assegurar a democracia, dando lugar ao preconceito e a violência, esquecendo o caminho que deve tomar, aquele que:

[...] dignificará a vida humana, reconhecerá os aspectos lúdicos e criativos das pessoas e verá os outros, não como objetos a serem manipulados ou ‘libertados’ para seguir os ditames da ‘mão invisível’ do mercado, mas como sujeitos co-responsáveis, envolvidos no processo de deliberar democraticamente sobre os fins e os meios de todas as suas instituições. (APPLE, 1999, p.15)

² é o poder que impõe significações como legítimas.

De fato, se a escola viabilizar este caminho, estará abrindo um espaço para a construção da democracia. Entretanto, é preciso que reverta a reprodução existente do preconceito, seja ele qual for, mais especificamente o racial (entre brancos e negros)

Desta forma, o compromisso dos educadores no processo educativo deve ser o de desenvolver, entre diferentes e iguais, a prática da tolerância, pois para Aquino (1998, p. 33) “é preciso admitir que o outro exista, enquanto tal, reconhecendo-o como é, e diferente de mim”.

É contando com a contribuição de todos, conscientizando os alunos da necessidade de conviver com as diferenças, proporcionando assim a mudança e desenvolvendo a possibilidade para os ‘diferentes’ perceberem que calar nunca mais.

Portanto, é de suma importância, neste processo, que a efetivação de práticas democráticas, na qual todos tenham o mesmo direito e sejam respeitados independentemente da cor ou raça, comece dentro das salas de aula, pois:

[...] a luta por democracia na educação não tem lugar apenas ‘lá fora’. Deveríamos estar profundamente preocupados com o que está acontecendo em nossas escolas elementares e secundárias [...] parte de nossa tarefa é questionar o que está de errado nessas ins-

tuições e fazer articulações com professores/as [...] que tentaram ensinar a toda uma comunidade de educadores/as, sozinhos ou coletivamente, desafiarem e alterarem estas relações. (APPLE, 1999, p.27)

É preciso que todos se comprometam a não perpetuar a violência racial que impossibilita sem dúvida a democracia dentro da escola. É necessário que tenham responsabilidade ética e educacional para alterá-la, reconstruindo conceitos e definindo novos caminhos a serem trilhados rumo à democracia e à gestão democrática na Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis: Vozes, 1997.

AQUINO, Julio (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola**. São Paulo: Summus, 1998.

GIROUX, Henry. Por uma pedagogia e política da branquidade.

Caderno de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n. 107, p. 97-129, jul. 1999.

GOMES, Candido. **A Educação em perspectiva sociológica**. São Paulo: EPU, 1994.

GUSMÃO, Neusa. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. **Caderno de Pesquisa** – Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n. 107, p. 41-75, jul. 1999.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. **Caderno de Pesquisa** – Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n. 107, p.87-94, jul. 1999.

NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO, Regina. Movimento negro na educação do negro: a ênfase na identidade. **Caderno de Pesquisa** – Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n. 86, p.25-37, ago. 1993.

PINTO, Tânia. **O silêncio vai acabar**. Disponível em: <http://www.uol.com.br/nova_escola/edição0399/>. Acesso em: 5 set. 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. **Caderno de Pesquisa** - Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n. 107, p.7-35, jul. 1999.